Considerações finais

Jani Alves da Silva Moreira
Angela Mara de Barros Lara

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MOREIRA, JAS., and LARA, AMB. *Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001)* [online]. Maringá: Eduem, 2012. Considerações finais. pp. 223-229. ISBN 978-85-7628-585-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir, sem a pretensão de estabelecer um ponto final, apresentamos algumas indicações que permitem visualizar as perspectivas resultantes das discussões tratadas.

A ideia de analisar a política educacional para a Educação Infantil veiculada pela imprensa periódica, no período de 1990 a 2001, surgiu da preocupação em compreender como os professores/leitores apreenderam o discurso veiculado pelas revistas Nova Escola e Criança e levantar a forma como seus textos e suas enunciações (re)produziram esse contexto. Essas duas revistas foram escolhidas para realizar essa proposta por serem as mais lidas e conhecidas pelos professores da Educação Infantil no Brasil. O fato de uma ser de cunho mercadológico e a outra de cunho oficial foi um aspecto propositalmente estabelecido, pois havia o interesse em diferenciá-las quanto à maneira como apresentam as políticas educacionais em suas enunciações.

A contextualização da Educação Infantil no cenário histórico-econômico da sociedade capitalista permitiu visualizar as formas de atendimento à infância (re)definidas no bojo das transformações sociais. A mundialização do capital trouxe transformações no mundo do trabalho e gerou como estratégia político-econômica uma necessária redefinição do papel do Estado. Enquanto agente promotor dos serviços sociais, o

Estado atuou como capitalizador de recursos e implementador de políticas internas baseadas no livre-mercado.

A Educação Infantil, vista como insumo para a participação na formação do capital humano, foi arrolada como uma etapa para a expansão do “cuidado” dos filhos da classe em situação de risco rumo a uma crença no desenvolvimento econômico sustentável. Essa concepção tem sua nascente nas orientações políticas traçadas na esfera do poder internacional. Alguns dos representantes desse poder são as agências internacionais da ONU, a saber, a Unesco, a Cepal, o BM e o BID, com suas agendas políticas destinadas à educação e cuidado da infância. Os documentos dessas agências traçam diretrizes a serem seguidas pelos diversos países associados (entre eles o Brasil), cujas políticas internas são elaboradas com base nessas diretrizes. De modo geral, percebeu-se nos documentos analisados que as diretrizes são recorrentes e seguem uma linha de semelhanças em suas propostas.

A Unesco tem como diretriz o lema “Educação para todos”, por considerar a educação como necessária para o desenvolvimento econômico. O Banco Mundial entende que a educação promove o crescimento econômico com vistas ao capital humano, e o BID apresenta propostas que têm como foco a redução da pobreza e a promoção da equidade social, e usa o mesmo argumento no tocante ao investimento necessário para o desenvolvimento sustentável da economia. A Cepal discute os rumos da educação nos países da América Latina com vistas à transformação produtiva com equidade. Assim, essas agências propõem um conjunto de ações tendo como referência o mercado internacional do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos documentos oficiais do MEC, que representam o *corpus* documental das políticas educacionais do Brasil na década de 1990, a Educação Básica assumiu a centralidade das propostas e ações, sendo considerada como a fase emergencial para a formação do trabalhador necessário para o mercado globalizado. Essa focalização priorizou a Educação Básica em detrimento das outras etapas da educação. A priorização de investimentos no Ensino Fundamental (sete a catorze anos) foi sentida nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Médio.

Contradições entre as recomendações e os documentos legais marcaram um contexto educacional baseado em profundas reorganizações do mercado no que se refere à produção. O período é marcado pelo princípio de educação para todos e gratuita. Na concretização das ações, vê-se que os benefícios destinados à infância priorizaram as famílias de baixa renda. A perspectiva do direito expressa nas legislações educacionais e no macrossistema econômico apresenta-se de fato como uma perspectiva de necessidade, de continuísmo - como recomendam as agências internacionais.

Para compreender as enunciações discursivas sobre a política educacional para a Educação Infantil contidas nos textos das revistas Nova Escola e Criança, dirigidas aos professores, analisamos previamente as fontes documentais das agências internacionais e os documentos oficiais do MEC, o que possibilitou, nas leituras das citadas revistas, apreendermos os elementos constitutivos dos discursos. Esse encaminhamento facilitou a caracterização das categorias *Qualidade*, *Descentralização* e *Focalização* e respectivas subcategorias.

Para identificar essas categorias, esta investigação procurou compreender a inter-relação das enunciações em um contexto

sociopolítico no qual se estabeleceu uma inserção do objeto no contexto mundializado, que estabeleceu as políticas educacionais no período analisado. Neste processo as revistas foram utilizadas como fonte histórica em que *o corpus foi delimitado por meio da análise de textos* e seus enunciados, que tratavam especificamente das políticas públicas para a Educação Infantil (1990-2000).

A ênfase no atendimento e cuidado à primeira infância passou a ser um dos eixos de atenção das políticas educacionais na década de 1990, juntamente com o emblemático discurso da qualidade da educação, da expansão, crescimento e melhoria das creches e pré-escolas, medidas que priorizavam os mais desfavorecidos. As creches e pré-escolas, até então caracterizadas como instituições assistenciais, a partir desse período foram inseridas no âmbito da educação, o que demandou diversas mudanças de caráter administrativo, pedagógico e político, com vista a estruturar a primeira etapa da Educação Básica. Novas regulamentações e definições deram os rumos para a nova configuração que se estabelecia nas instituições infantis.

As revistas Nova Escola e Criança são os periódicos a que os professores dessa etapa do ensino mais têm acesso para leituras, informações e pesquisas de caráter prático que, segundo eles, lhes permitam melhorar suas aulas. Considera-se que, devido aos baixos salários, muitos professores leem somente esses dois periódicos, os quais lhes são oferecidos gratuitamente no seu local de trabalho. Por isso é preciso investigar o que essas revistas veicularam e retrataram quanto ao contexto de mudança e às políticas destinadas à Educação Infantil na década de 1990, pois, como pairavam no ar muitas dúvidas quanto às reformas educacionais, sabe-se que essas revistas trouxeram respostas para aquele momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vista a retratar a veiculação dos discursos referentes à política para a Educação Infantil no período designado, apresenta-se uma síntese das características identificadas nas enunciações dos textos coligidos das duas revistas, as quais são explicitadas nos itens abaixo.

- Os textos deixaram de estabelecer uma relação histórica fundamentada na compreensão das contradições iminentes do capital internacional.
- A forma enunciativa revelou-se como expressão e registro do mundo social: os sujeitos estão envolvidos no dialogismo dos textos, os quais, por vezes, defendem valores contraditórios, o que os caracteriza como dialógicos.
- A linguagem nas enunciações é histórica, é produto incessante do discurso cotidiano.
- O texto é discurso, portanto gera significados; e as enunciações expressaram o contexto histórico em que foram produzidas - ou seja, em conformidade com a lógica neoliberal.
- Os enunciados, no seu conteúdo temático e no seu estilo verbal, refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas da atividade humana, e neles predominou uma linguagem de conteúdo superficial, para convencer o leitor de que as ações políticas, inclusive as referentes às categorias Descentralização, Qualidade e Focalização em decurso, eram certas e necessárias para a promoção de mudanças.
- As vozes presentes nas enunciações são a intertextualidade de princípios anteriormente estabelecidos nas produções do liberalismo econômico.

A análise comparativa das revistas evidenciou que elas apenas se diferenciam no sentido de uma ser mercadológica e a outra ser oficial e conseqüentemente, de seus estilos e componentes gráficos também se diferenciarem. A RNE se mostrou bastante atualizada nesses aspectos, a fim de atender a seu objetivo de atrair o mercado. A RC sugere formas de reproduzir as diretrizes do MEC, enquanto a RNE utiliza o setor educacional como filão para a divulgação das ideias mais atualizadas do momento. Quanto à forma retratada nos textos, as duas revistas se posicionam como porta-vozes do Estado e propagam as outras vozes que originaram as medidas neoliberais para a educação. Notou-se que, em sua maioria, os textos das revistas sobre a temática política educacional foram escritos por autores da área administrativa da educação, o que explica sua característica de reproduzir, e não refutar as ações governamentais.

Ao analisar as enunciações nos documentos internacionais, na legislação educacional e nas revistas, compreendeu-se que o discurso político se faz por meio dos enunciados concretos, ou seja, as política em ação percorre também na forma como esses discursos são concretizados e anunciados na sociedade, nas relações sociais, na vida material dos homens... Como tão bem prescreveu Bakhtin (1992, p. 282):

[...] a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

Ao findar este livro, salientamos que as políticas públicas destinadas à educação das crianças brasileiras ainda se encontram cercada de incertezas e indefinições. Em meio às incertezas, resta-nos lutar com as forças que os intelectuais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

orgânicos possuem, enquanto pertencentes a uma única classe social: os trabalhadores. Só entenderemos a essência dessas palavras quando nos tornarmos seres conscientes da nossa própria história. Quem sabe assim *o sol brilhe, os pássaros cantem, a canção toque e o pranto se encerre!*